

IDEIASNET S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Ideiasnet S.A. (“Ideiasnet” ou “Companhia”) é uma companhia de *venture capital* e gestora de fundos de investimentos, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Constituída em 1998 para exercer a atividade de incubadora de projetos de internet, em 08 de junho de 2000, a Companhia tornou-se a primeira empresa de Tecnologia de Informação brasileira a lançar ações na BM&FBovespa, atualmente B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (todas ordinárias, código de negociação IDNT3). Em 2008, a Companhia aderiu ao Novo Mercado da B3.

Durante muitos anos, a Ideiasnet participou ativamente de todos os estágios de desenvolvimento de suas investidas, se consolidou como referência no setor e foi sinônimo de empreendedorismo com alto nível de Governança Corporativa.

A Ideiasnet sempre atuou junto às suas investidas, na definição e implementação de modelos de negócios, estratégias de crescimento, operações de fusões e aquisições, contribuindo ativamente para o processo de tomada de decisão através da participação em seus Conselhos de Administração, quando instalados.

A Ideiasnet executa seus investimentos através de um fundo de investimentos em participações que atualmente está em fase de desinvestimento. Em 31 de dezembro de 2017, esse fundo possuía indiretamente apenas dois investimentos em empresas operacionais.

Ao longo do exercício de 2016, ocorreram as alienações da Z Investimentos S.A. (“Z Investimentos”) e Moip Pagamentos S.A. (“Moip”), em 22 de fevereiro, e da Officer S.A. Distribuidora de Produtos de Tecnologia, em Recuperação Judicial (“Officer”), em 27 de dezembro, conforme nota explicativa nº 9.a.

Em 1º de fevereiro de 2017, o Ideiasnet FIP I e os demais acionistas da Montpellier assinaram o termo de fechamento do contrato de compra e venda de ações e outras avenças firmado em 23 de dezembro de 2016 com a CDF - Central de Funcionamento Tecnologia e Participações S.A. (“CDF”) para alienação da Montpellier Participações S.A. (“Montpellier”) e da Tectotal Tecnologia sem Complicações S.A. (“Tectotal”), conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.c.

Conforme deliberação em Reunião de Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2016, diante da dificuldade financeira pela qual passavam as controladas indiretas Automatos Participações Ltda. (anteriormente Automatos Participações S.A., “Automatos Participações”) e Editora Pini S.A. (“Pini”), a Companhia deveria buscar reduzir a alocação de capital nessas controladas, fosse por meio de desinvestimento ou pelo gradativo encerramento de suas operações no menor prazo possível. Consequentemente, os investimentos nessas controladas foram reclassificados para Ativos e Passivos Mantidos para Venda. Em maio de 2017, a

Ideiasnet concluiu o desinvestimento da controlada indireta Automatos Serviços e Desenvolvimento de Softwares Ltda. (“Automatos Serviços”), controlada pela Automatos Participações, e do Grupo Pini (formado pela Pini e por sua controlada PSE Ltda.), conforme nota explicativa nº 8.b. A partir de maio de 2017, a controlada Automatos Participações deixou de ser classificada como Ativo e Passivo Mantidos para Venda, e consequentemente seus ativos e passivos voltaram a ser consolidados pela Companhia.

Em 30 de junho de 2017, o Ideiasnet FIP III adquiriu a participação acionária da IDCO Capital, LP (“Paul Capital”), referente ao fundo Ideiasnet FIP I. Desta forma, o Ideiasnet FIP III passou a ser o único cotista do Ideiasnet FIP I. Em 31 de julho de 2017, o Ideiasnet FIP I foi incorporado pelo Ideiasnet FIP III, visando simplificar sua estrutura societária e reduzir custos. O Ideiasnet FIP I era administrado pela Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de setembro de 2017, foi discutida a possibilidade de constituição de um novo fundo de investimento voltado a projetos de infraestrutura em tecnologia. Os Conselheiros da Ideiasnet entendem ser importante buscar a perenidade da Companhia e a criação de valor para seus acionistas no longo prazo, razão pela qual decidiram mandar a Diretoria com poderes para tomar as medidas necessárias para tal fim, estudando a melhor forma de estruturação e captação de recursos, identificando empresas-alvo e possíveis co-investidores. Nesta mesma ocasião, os membros do Conselho de Administração concordaram que a Companhia ainda conta com altos custos regulatórios e operacionais se comparados com seu patrimônio, além de passivos tributários e contingências trabalhistas relevantes, razão pela qual deve continuar a perseguir alternativas visando a diminuição de custos e simplificação da sua estrutura, que podem incluir fechamento de capital da Companhia, migração para o segmento de listagem tradicional da B3, terceirização das atividades de gestão, entre outras.

Em AGE realizada em 04 de janeiro de 2018, os acionistas aprovaram a saída voluntária da Ideiasnet do Novo Mercado, sem a realização de oferta pública de ações. Assim, desde 08 de janeiro de 2018, as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas no segmento básico da B3.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2018.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas

emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

2.1.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos

A aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a seguir, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que podem afetar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis dentro do próximo exercício financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 1 - Continuidade
- Nota 10 - Provisões para riscos
- Nota 16 - Utilização de prejuízos fiscais e impostos e contribuições diferidos
- Nota 16 - Tributos diferidos

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pelo “Grupo”, em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.1. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as controladas Ideiasnet FIP III, Ideiasventures Participações S.A. (“Ideiasventures”) e Chenonceau Participações S.A. (“Chenonceau”). Os percentuais de participação em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstrados na nota explicativa nº 9. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.1.1. Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes

Nas demonstrações contábeis, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

3.2. Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*)

Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável

somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados e os ativos e passivos *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma *joint venture* ultrapassa a participação do Grupo nessa *joint venture* (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na *joint venture*), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em obrigações legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da *joint venture*.

Um investimento em uma *joint venture* é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma *joint venture*. Na aquisição do investimento em uma *joint venture*, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício em que o investimento é adquirido.

3.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em “Ajuste de avaliação patrimonial (líquido de impostos)” e acumuladas na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”.

Quando o investimento é alienado ou apresenta redução ao valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente é reclassificado para o resultado.

iii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

v. Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e transações com partes relacionadas.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva menos os valores estimados de perdas para os créditos de liquidação duvidosa, se necessário. A redução pela estimativa de perdas para os créditos de liquidação duvidosa é reconhecida com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

3.5. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas são revisadas ao final de cada exercício e se necessário, ajustadas.

3.6. Intangível

Ágio

Nas demonstrações contábeis consolidadas o ágio resultante na aquisição de controladas e fundamentado em rentabilidade futura é registrado como ativo intangível conforme CPC 04 (R1) - Ativo intangível.

Os ágios são mensurados a custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável sobre tal investimento é alocada para o valor contábil do investimento.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às

vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (“*impairment*”). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “*impairment*” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por “*impairment*”, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data do balanço. “*Impairment*” de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

3.8. Ativo mantido para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a alienação de um investimento, ou de uma parcela de um investimento, em uma coligada ou *joint venture*, o investimento, ou a parcela do investimento, que será alienado é classificado como mantido para venda, e a Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial em relação à parcela classificada como mantida para venda. Qualquer parcela de um investimento em uma coligada ou *joint venture* que não foi classificada como mantida para venda continua sendo contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial no momento da alienação quando a alienação resulta na perda de influência significativa sobre a coligada ou *joint venture*.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

Os ativos e passivos do grupo de ativos descontinuados são apresentados em linhas únicas de ativo e passivo. O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado e do fluxo de caixa, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*.

3.9. Provisões para contingências

As provisões para contingências eram reconhecidas apenas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que os valores fossem estimados de forma confiável, para as condenações cuja probabilidade de liquidação fosse provável. No entanto, nos últimos anos, a Diretoria observou que a classificação do risco de perda dos processos judiciais, por parte dos assessores jurídicos, tende a piorar à medida que a ação avançava no tempo. Em virtude disso, a Diretoria optou por aumentar o valor das suas provisões para contingências em 2017, passando a provisionar também 50% das ações com risco possível e 25% daquelas com risco remoto de perda.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.10. Remuneração com pagamento baseado em ações

Os planos de remuneração com base em ações são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 12.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada encerramento de exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta Reserva de Capital - Plano de opção de ações que registrou o benefício aos empregados.

3.11. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares e é reconhecida quando da prestação dos serviços.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.14. Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais, representados pelo Conselho de Administração e pela Administração, sendo estes os responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. A Companhia possui os seguintes segmentos reportáveis: Mídia, Comunicação & Conteúdo, Distribuição & TI, *Cloud Computing* e Outros.

3.15. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e

consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.16. Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

A Companhia optou por apresentar os fluxos de caixa oriundos de pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos passivos como atividade de financiamento.

Adicionalmente, o fluxo de caixa relativo a impostos parcelados está classificado como fluxo de caixa da atividade operacional.

3.17. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, aplicáveis à Companhia, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia não adotou de forma antecipada as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

IFRS16/CPC 06 (R2): Operações de Arrendamento Mercantil

Este Pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil, bem como a ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRIC 4, SIC-15 e SIC-27). As principais alterações dizem respeito à eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

Este Pronunciamento é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

IFRS 9/CPC 48 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15/CPC 47 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("US GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

A Companhia não espera impactos relevantes dessas novas normas, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Caixa e bancos	2	3	4	6
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	13.356	319	13.792
	<u>2</u>	<u>13.359</u>	<u>323</u>	<u>13.798</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as aplicações financeiras da Controladora e do consolidado referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, com remuneração à taxa média de 72,0% do CDI em 2017 e 99,2% do CDI em 2016, mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e a análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº18.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS AO VALOR JUSTO

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Fundo de Investimento BRL - DI longo prazo (a)	130	905
Operações compromissadas (b)	-	3.934
Letras financeiras do tesouro - LFT (c)	3.695	11.259
Certificado de depósito bancários (d)	3.475	4.728
Investimentos registrados ao valor justo (f)	2.278	2.278
Fundo Itaú Soberano (e)	2.064	-
	<u>11.642</u>	<u>23.104</u>
Circulante	-	8.088
Não circulante	11.642	15.016

A Companhia considera que não exerce influência significativa sobre estes investimentos, uma vez que não gerencia as atividades diárias na administração, a política de investimentos e a gestão desses instrumentos financeiros.

- (a) Refere-se às aplicações financeiras de renda fixa no Fundo de Investimento BRL Referenciado DI Longo Prazo, não exclusivo. A carteira do fundo é gerida pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. A Companhia não possui qualquer ingerência ou influência na gestão da carteira ou aquisição e venda dos papéis componentes da referida carteira. O objetivo do fundo é acompanhar a variação do CDI no longo prazo.
- (b) Refere-se às aplicações financeiras em operações compromissadas remuneradas a taxa entre 99,5% e 100,5% do CDI. Não há transações em aberto em 31 de dezembro de 2017.
- (c) Refere-se às Letras Financeiras do Tesouro remuneradas à taxa Selic.
- (d) Refere-se às aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, remuneradas a taxa de 100% do CDI.
- (e) Refere-se à aplicação em fundo de renda fixa de baixo nível de risco remunerada à taxa Selic.
- (f) Refere-se ao ativo financeiro Batanga Media Inc. (“Batanga”), reconhecido pela metodologia de avaliação por fluxo de caixa descontado para apurar o valor justo da empresa. A controlada Chenonceau detém 7% das ações da Batanga, empresa que tem por objetivo a criação de conteúdo digital, através de anúncios, *streaming* de vídeos e rádio digital, voltado para as audiências hispânicas nos Estados Unidos. O valor justo do investimento é avaliado anualmente, conforme requerido pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

Em dezembro de 2016, através de uma sequência de operações societárias, a Batanga converteu empréstimos em capital e captou US\$9 milhões junto ao investidor estratégico Discovery Communications. Esta operação resultou em diluição da participação e perda de alguns direitos societários previamente negociados pela Ideiasnet. Após tentativas infrutíferas de resolução amigável, a Companhia iniciou, durante o primeiro trimestre de 2017, uma ação de avaliação (*appraisal action*) que visa resgatar o valor de sua participação na Batanga.

Ao longo de 2017 a Companhia manteve negociações com a Batanga e em fevereiro de 2018 foi homologado um acordo judicial firmado com a investida, que permitiu (i) a recuperação parcial da sua participação, que passou a ser de 6,3% detida indiretamente por meio da holding resultante da reestruturação societária ocorrida em dezembro de 2016, e (ii) a manutenção de alguns dos direitos societários previstos na transação original de troca de ações da então investida Bolsa de Mulher em 2013.(Vide nota 21 – Eventos Subsequentes).

6. OUTROS VALORES A RECEBER E CRÉDITOS COM OUTRAS PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Adiantamentos a fornecedores e diversos	15	-	83	-
Depósito caução aluguel	100	-	100	-
Wirecard Acquiring & Issuing GmbH (a)	-	-	-	1.088
Avais Officer (b)	913	913	913	913
Demais contas a receber	546	326	2.910	1.081
	<u>1.574</u>	<u>1.239</u>	<u>4.006</u>	<u>3.082</u>
Circulante	15	-	820	1.259
Não circulante	1.559	1.239	3.186	1.823

- (a) Refere-se à parcela retida na venda da Z Investimentos e da Moip à Wirecard A.G. para eventuais indenizações no montante máximo de € 272 mil. Essa parcela foi quitada em fevereiro de 2017.
- (b) A Companhia figurava como avalista na Cédula de Crédito Bancário nº 1.250, emitida pela Officer em favor de BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A., integrante do Grupo Financeiro BMG. Em 6 de novembro de 2015, a Companhia, na condição de avalista, celebrou Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida, por meio do qual (i) assumiu integralmente a dívida pela qual já estava coobrigada e (ii) repactuou as condições de pagamento. Em razão da assunção da dívida, a Companhia ficou sub-rogada no crédito concursal outrora devido pela Officer.

Além dos recebíveis demonstrados no quadro acima, em 5 de abril de 2012, a controlada indireta Latin eVentures Comércio Eletrônico do Brasil S.A. (“Latin eVentures”) foi vendida à parte não relacionada Techresult Soluções em Tecnologia e Gestão Ltda. e o saldo a receber de R\$2.275 possui uma provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, constituída em exercícios anteriores pelo seu valor integral, dada a expectativa de não-recebimento.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$2.470 referente a depósitos judiciais de processos arquivados de controladas já vendidas foi reclassificado da rubrica de Depósitos Judiciais para esta rubrica. Foi constituída provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa em exercícios anteriores pelo seu valor total, dada a expectativa de não-recebimento.

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Tributos e contribuições a recolher e provisões fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Passivo				
PIS e COFINS	-	10	-	11
ISS	1	8	3.470	9
Impostos parcelados	489	565	12.714	565
Outros	9	8	395	16
	<u>499</u>	<u>591</u>	<u>16.579</u>	<u>601</u>
Circulante	10	99	3.519	108
Não circulante	489	492	13.060	493

O aumento refere-se basicamente à consolidação dos débitos fiscais da Automatos Participações, a partir do mês de junho de 2017, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 era de R\$16.079.

8. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Imóveis (a)	2.246	2.246	2.246	2.246
Automatos (b)	-	-	-	10.412
Editora Pini (b)	-	-	-	9.987
Montpellier e Tectotal (c)	-	-	-	12.621
	<u>2.246</u>	<u>2.246</u>	<u>2.246</u>	<u>35.266</u>
Ativo não circulante	2.246	2.246	2.246	35.266
Automatos (b)	-	-	-	45.627
Editora Pini (b)	-	-	-	36.783
Montpellier e Tectotal (c)	-	-	-	13.361
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>95.771</u>
Passivo não Circulante	-	-	-	95.771

a) Imóveis

A Companhia recebeu 15 imóveis como garantia de avais concedidos em contrato de alienação fiduciária na venda da Latin eVentures.

Em 30 de junho de 2015, a Ideiasnet classificou esses imóveis como “ativo disponível para venda” em decorrência da decisão judicial emitida em maio daquele mesmo ano, garantindo o direito da Companhia sobre os imóveis.

A Companhia vem realizando esforços para venda desses imóveis, atendendo aos critérios do CPC 31 – Ativo Não Circulante Disponível para Venda. Em 2016, os imóveis foram reclassificados para Ativo Não Circulante considerando a ausência de expectativa de venda no curto prazo.

b) Automatos Participações e Pini

Em 31 de março de 2016, as controladas indiretas Automatos Participações e BP Participações e Administração S.A. (“BP”, incorporada pela Pini em setembro de 2016) geraram prejuízo de R\$4.718 e seus passivos circulantes excediam os ativos circulantes em R\$34.199. Essas condições indicavam a existência de incerteza significativa que poderia levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional dessas controladas indiretas. A continuidade das operações dessas investidas dependia da capacidade de tornar seus negócios rentáveis e gerar caixa em suas atividades operacionais, bem como de sua habilidade em obter empréstimos de bancos ou de investidores ou receber aportes de capitais de investidores. Consequentemente, a Companhia reclassificou, naquela data, os ativos e passivos relativos a essas controladas para o grupo de “Ativos e Passivos Mantidos para Venda”, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

Em maio de 2017, a Ideiasnet concluiu o desinvestimento das controladas indiretas Pini e Automatos Serviços. Ambas as transações foram celebradas com executivos das respectivas investidas por valores não significativos. Após o desinvestimento na controlada indireta Automatos Serviços, a controlada indireta Automatos Participações deixou de ser classificada como Ativo e Passivo Mantidos para Venda, e consequentemente seus ativos e passivos voltaram a ser consolidados pela Companhia.

	<u>Automatos</u> <u>Serviços</u>	<u>Pini</u>
Valor da alienação	-	-
Reversão de provisão de passivo a descoberto	<u>4.380</u>	<u>15.532</u>
Ganho na reversão de provisão de passivo a descoberto	<u>4.380</u>	<u>15.532</u>

c) Montpellier e Tectotal

Em 23 de dezembro de 2016, o Ideiasnet FIP I e os demais acionistas da Montpellier celebraram contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a CDF - Central de Funcionamento Tecnologia e Participações S.A. (“CDF”) para alienação da Montpellier e da Tectotal. A operação foi aprovada pelo CADE em 6 de janeiro de 2017 e o termo de fechamento da transação celebrado em 1º de fevereiro de 2017.

O resultado desta alienação foi um lucro de R\$5.162. Desse montante já foi deduzido o valor R\$1 referente ao ágio da Montpellier no Ideiasnet FIP I. Houve também a reversão de passivo a descoberto de R\$102.

Valor da alienação	5.163
(-) Ágio	(1)
Lucro na alienação	<u>5.162</u>

Abaixo os ativos e passivos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2016:

	Automatos	Editora Pini	Montpellier e Tectotal	Eliminação	Total
	31/12/2016	31/12/2016	30/11/2016		
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	117	145	-	270
Clientes	1.812	2.952	2.259	-	7.023
Imposto de renda e contribuição social	304	334	105	-	743
Estoques	-	942	52	-	994
Outros ativos	252	618	5.562	-	6.432
Total do ativo circulante	<u>2.376</u>	<u>4.963</u>	<u>8.123</u>		<u>15.462</u>
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.416	-	2.953	-	7.369
Imposto de renda e contribuição social	531	-	-	-	531
Depósitos judiciais	920	45	589	-	1.554
Imobilizado	667	276	170	-	1.113
Intangível	-	4.329	69	-	4.398
Outros ativos não circulantes	1.501	375	315	402	2.593
Total do ativo não circulante	<u>8.035</u>	<u>5.025</u>	<u>4.096</u>	<u>402</u>	<u>17.558</u>
Total do ativo	<u>10.411</u>	<u>9.988</u>	<u>12.219</u>	<u>402</u>	<u>33.020</u>
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	3.046	2.426	483	-	5.955
Tributos e contribuições a recolher	11.865	3.156	368	-	15.389
Empréstimos e financiamentos	457	7.280	-	-	7.737
Demais obrigações	503	7.250	10.806	-	18.559
Outros passivos circulantes	1.279	3.249	1.498	-	6.026
Total do passivo circulante	<u>17.150</u>	<u>23.361</u>	<u>13.155</u>	<u>-</u>	<u>53.666</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos e contratos de mútuo	532	1.086	-	(532)	1.086
Tributos e contribuições a recolher	14.602	10.442	-	-	25.044
Demais obrigações	17.003	1.894	207	(3.129)	15.975
Total do passivo não circulante	<u>32.137</u>	<u>13.422</u>	<u>207</u>	<u>(3.661)</u>	<u>42.105</u>
Total do passivo circulante e não circulante	<u>49.287</u>	<u>36.783</u>	<u>13.362</u>	<u>(3.661)</u>	<u>95.771</u>

9. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

As informações contábeis resumidas das coligadas, controladas diretas e indiretas e controlada em conjunto da Companhia, incluindo os valores totais de ativos, passivos, passivo a descoberto, receitas e prejuízo do exercício, estão apresentadas a seguir.

Controladora								
	Resultado de equivalência patrimonial				Ajuste acumulado de conversão	Ganho/(Perda) Capital - Var. Part. Controladas (i)	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	Participações em controladas e coligadas em 31/12/17
	Passivo a descoberto em 31/12/16	Ganho/(Perda) pelo MEP (a)	Reversão/(Constituição) de Prov. para Passivo a Descob. (b)	Aplicações/ Resgates de cotas				
Ideiasnet FIP III	(17.802)	13.914	18.076	5.768	266	(3.346)	889	17.765
Total	(17.802)	13.914	18.076	5.768	266	(3.346)	889	17.765
		(a) + (b)	31.990					

(i) A aquisição da participação acionária da IDCO Capital, LP (“Paul Capital”) no Ideiasnet FIP I pelo Ideiasnet FIP III em 30 de junho de 2017 resultou em uma perda de R\$2.445 e o saldo de R\$901 refere-se à variação de participação na controlada em conjunto Padtec, ambas contabilizadas na conta “Reserva de capital” por se tratar de transações envolvendo acionistas.

Controladora								
	Participações em controladas e coligadas em 31/12/15	Reversão/(Constituição) de Prov. para Passivo a Descob.	Aplicações/ Resgates de cotas	Ajuste acumulado de conversão	Ganho/(perda) Capital - Var. part. controladas	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	Outros	Passivo a descoberto em 31/12/16
Ideiasnet FIP III	(115.669)	122.983	(13.574)	(144)	5.315	(899)	(15.814)	(17.802)
Total	(115.669)	122.983	(13.574)	(144)	5.315	(899)	(15.814)	(17.802)

Consolidado					
	Participações em controladas indiretas e coligadas em 31/12/16	Ganho/(Perda) pelo MEP (a)	Ajuste acumulado de conversão	Ganho/(Perda) Capital - Var. Part. Controladas	Participações em controladas indiretas e coligadas em 31/12/17
Padtec S.A.	15.563	6.185	270	(383)	21.635
Total	15.563	6.185	270	(383)	21.635

(a) As alienações das controladas Montpellier, Automatos Serviços e Pini geraram uma reversão de passivo a descoberto no valor de R\$102, R\$4.380 e R\$15.532, respectivamente, no montante total de R\$20.014.

Consolidado						
	Participações em controladas indiretas e coligadas em 31/12/15	Ganho/(Perda) pelo MEP (a)	Aplicações/ Resgates de cotas	Ajuste acumulado de conversão	Outros	Participações em controladas indiretas e coligadas em 31/12/16
Padtec S.A.	14.504	1.077 -	159	(175)	(2)	15.563
Outros	18	- -	-		(18)	-
Total	14.522	1.077	159	(175)	(20)	15.563

a. Alienação de controladas

Em 22 de fevereiro de 2016, o Ideiasnet FIP I alienou 100% de sua participação acionária nas controladas Z Investimentos e Moip pelo valor R\$52.791, correspondentes a €12.153 convertidos pela taxa de câmbio Ptax R\$4,3438.

O contrato de compra e venda previa mais três pagamentos anuais a título de *earn-out*, no valor de €4,5 milhões cada, sendo €2,445 milhões proporcionais ao percentual da participação do Ideiasnet FIP I, condicionados ao atingimento pela Moip de determinados indicadores de desempenho nos anos fiscais de 2016, 2017 e 2018. Dessa forma, esses ativos somente serão reconhecidos se e quando as metas forem alcançadas.

O resultado desta alienação gerou lucro de R\$50.490. Desse montante já foi deduzido o valor de R\$2.533 referente ao ágio da Z Investimentos no Ideiasnet FIP I.

Valor da alienação	53.879
(-) Ágio	(2.533)
(-) Baixa investimentos	<u>(855)</u>
Lucro na alienação	<u>50.491</u>

Além desses montantes, havia uma parcela retida para eventuais indenizações no valor de €272 mil. Em 30 de setembro de 2016 esta parcela foi registrada, sendo convertida pela taxa de câmbio Ptax R\$4,0053, gerando complemento no lucro na alienação de R\$1.088. Em 17 de fevereiro de 2017, esta parcela foi recebida pelo Ideiasnet FIP I, no valor de R\$893 convertidos pela taxa de câmbio efetiva de R\$3,30, líquida de IOF.

Em 17 de maio de 2017, a primeira parcela relativa ao *earn-out*, no valor de R\$6.167 convertidos pela taxa de câmbio efetiva de R\$3,35, líquida de IOF, foi recebida pelo Ideiasnet FIP I.

Em 27 de dezembro de 2016, o Ideiasnet FIP I e o Ideiasnet FIP II alienaram a totalidade de suas participações na controlada Officer ao Meta Fundo de Investimentos em Participações - Multiestratégia, pelo valor simbólico de R\$2,00 (dois reais).

Conciliação do ganho e perda de investimentos e alienações:

	31/12/17	31/12/16
Ganho na alienação Z Investimentos	6.167	50.491
Ganho na alienação Montpellier	5.162	-
(-) Baixa investimentos Spring	(857)	-
Outros	<u>(336)</u>	<u>(1)</u>
	<u>10.136</u>	<u>50.490</u>

b. Participação em coligadas, controladas e controladas em conjunto:

As informações contábeis resumidas das coligadas, controladas diretas e indiretas e controlada em conjunto da Companhia e informações sobre suas operações estão descritas a seguir:

		31/12/17						
		% de participação – direta/indireta	Ativo Total	Passivo	Patrimonio Líquido	Capital Circulante Líquido	Receita Total	Lucro (Prejuízo)
Controladas diretas								
Ideiasnet FIP III	(a)	100,00%	38.820	21.055	17.765	(2.145)	-	31.990
Controladas Indiretas								
Automatos Participações Ltda	(b)	100,00%	4.929	29.720	(24.791)	(5.005)	35	2.368
Chenonceau Participações S.A.	(d)	100,00%	2.657	-	2.656	379	-	(198)
Ideias Ventures Participações S.A.	(g)	100,00%	5.896	24.804	(18.908)	1.419	-	1.399
Empreendimentos controlados em conjunto								
Padtec S.A.	(j)	33,84%	232.845	168.912	63.933	68.598	261.940	18.278

		31/12/16						
		% de participação – direta/indireta	Ativo Total	Passivo	Patrimonio Líquido	Capital Circulante Líquido	Receita Total	Lucro (Prejuízo)
Chenonceau Participações Ltda.								
Controladas diretas								
Ideiasnet FIP III	(a)	100,00%	15.094	32.896	(17.802)	169	-	15.377
Controladas Indiretas								
Automatos Participações S.A.	(b)	99,36%	10.412	49.287	(38.874)	(14.774)	13.385	(8.818)
Editora Pini S.A.	(c)	69,55%	64.119	112.033	(26.796)	(32.848)	20.054	(7.710)
Chenonceau Participações S.A.	(d)	81,76%	2.355	1	2.354	77	-	(8.845)
Ideiasnet FIP I	(e)	81,76%	-	25.105	4.465	8.904	-	91.724
Ideiasnet FIP II	(f)	100,00%	540	33.419	(32.881)	(261)	-	46.696
Ideias Ventures Participações S.A.	(g)	100,00%	5.682	38.694	(33.012)	1.734	-	(9.247)
Montpellier Participações S.A.	(h)	64,29%	488	1.129	(641)	18	-	(1.438)
Tectotal Tecnologia sem Complicações S.A.	(i)	44,42%	12.169	13.791	(1.624)	(5.049)	23.728	(1.636)
Empreendimentos controlados em conjunto								
Padtec S.A.	(j)	27,67%	249.123	203.134	45.989	76.191	334.600	3.182

- a) O Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações III – Multiestratégia (“Ideiasnet FIP III”, anteriormente Ideiasnet Fundo de Investimento em Cotas de FIP, “Ideiasnet FIC”), constituído em 2013, é um fundo de investimento em participações, sob a forma de condomínio fechado com duração de 20 anos ou até a liquidação do último valor mobiliário do fundo. Restarão válidas as obrigações previstas até o seu integral cumprimento, mesmo após o encerramento do fundo. Em 11 de janeiro de 2017, em atendimento à Instrução CVM 578/16, sua denominação foi alterada de Ideiasnet FIC para Ideiasnet FIP III. O Ideiasnet FIP III é administrado pela Geração Futuro Corretora de Valores S.A. e seu único cotista é a Ideiasnet S.A.
- b) A Automatos Participações é uma *holding* que detinha participação na Automatos Serviços. A Automatos Serviços é uma empresa de tecnologia focada na prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial e suporte técnico a programas de computador (*software*), assessoria e auditoria em processos operacionais, monitoramento, assessoria e consultoria em segurança da informação e gestão de ativos, desenvolvimento e licenciamento de programas para computadores customizáveis e não customizáveis, manutenção e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. Em 31 de março de 2016 a Automatos Participações foi reclassificada para ativo disponível para venda conforme nota explicativa nº 8.b. Em 28 de setembro de 2016, a controlada Automatos Tecnologia da Informação Ltda. foi incorporada pela Automatos Participações. Em janeiro de 2017, a Automatos Participações foi transformada em sociedade limitada e em maio, a Automatos Serviços foi vendida.
- c) A Editora Pini e sua controlada PSE Ltda. formam o Grupo Pini, que possui uma editora técnica focada no segmento da construção civil, além de linha de *softwares*, serviços especializados, banco de dados especializados e soluções de *e-business* para o mercado de arquitetura e engenharia. Em 31 de março de 2016, a BP foi reclassificada para ativo disponível para venda conforme nota explicativa nº 8.b e em 30 de setembro de 2016, foi incorporada por sua então controlada Pini. Em maio de 2017, o Grupo Pini foi vendido.
- d) A Chenonceau é uma empresa não operacional que tem como objetivo deter participações em outras empresas. Sua participação minoritária de 7% na Batanga é atualmente objeto de uma ação judicial conforme nota explicativa nº 5.f.
- e) O Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações I – Multiestratégia (“Ideiasnet FIP I”, anteriormente Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações I), fundo de investimento em participações sob a forma de condomínio fechado com prazo de duração até 31 de dezembro de 2017, foi constituído em 2009. Em 18 de março de 2013 a Ideiasnet vendeu 18,24% da sua participação para a IDCO Capital, LP (“Paul Capital”). Em 30 de junho de 2017, o Ideiasnet FIP III comprou de volta a participação acionária da Paul

Capital, passando a ser o único cotista do Ideiasnet FIP I. Em 31 de julho de 2017, o Ideiasnet FIP I foi incorporado pelo Ideiasnet FIP III, conforme nota explicativa nº 1. O Ideiasnet FIP I era administrado pela Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

- f) O Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações II – Multiestratégia (“Ideiasnet FIP II”, anteriormente Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações II), fundo de investimento em participações, sob a forma de condomínio fechado com prazo de duração de 20 anos, foi constituído em 2013. Em 31 de março de 2017, o Ideiasnet FIP II foi incorporado pelo Ideiasnet FIP III, seu único cotista. O Ideiasnet FIP II era administrado pela Geração Futuro Corretora de Valores S.A.
- g) A Ideiasventures é uma empresa não operacional que tem como objetivo deter participações em outras empresas e atualmente detém participação na Automatos Participações. Em 13 de fevereiro de 2017 a Ideiasventures cedeu suas ações remanescentes da Spring Wireless Inc. (“Spring”) à própria empresa para cancelamento.
- h) A Montpellier detinha 69,10% de participação na Tectotal. Em dezembro de 2016, a Montpellier foi reclassificada para ativo disponível para venda conforme nota explicativa nº 8.c e em 1º de fevereiro de 2017, a Montpellier e a Tectotal foram vendidas.
- i) A Tectotal é uma empresa especializada no atendimento ao mercado doméstico nos segmentos de suporte técnico e de instalação e configuração de equipamentos de informática, áudio e vídeo. Em dezembro de 2016 a Tectotal foi reclassificada para ativo disponível para venda conforme nota explicativa 8.c e em 1º de fevereiro de 2017, sua venda foi concluída.
- j) A Padtec é uma empresa voltada ao desenvolvimento, fabricação e comercialização de sistemas de comunicações ópticas. A empresa fornece soluções tanto para redes de longa distância quanto redes metropolitanas e redes de acesso. Com sede em Campinas, SP, a Padtec tem se destacado pela sua presença nas redes de entroncamento dos maiores provedores de serviços de telecomunicações da América Latina.

10. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Provisão para riscos (10.1)	20.038	11.510	31.438	11.572
Partes relacionadas	-	-	-	1
Demais obrigações	218	166	2.973	544
	<u>20.256</u>	<u>11.676</u>	<u>34.411</u>	<u>12.117</u>
Circulante	218	166	2.973	544
Não circulante	20.038	11.510	31.438	11.573

10.1. Provisão para riscos

A Companhia e suas investidas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir 100% das perdas estimadas como prováveis, 50% das perdas classificadas como possíveis e 25% das perdas estimadas como remotas para as ações em curso (vide item 3.9).

A Companhia faz parte do polo passivo de processos trabalhistas de várias ex-controladas, dentre elas Officer, Pini, Latin eVentures Comércio Eletrônico S.A. (Softcorp) e ETML - Empresa de Telefonia Multiusuário S.A.

O valor de R\$1.848 refere-se aos depósitos judiciais de processos arquivados de controladas vendidas transferido para a rubrica “outros valores a receber” e provisionado pelo valor total dada a expectativa de não-recebimento. O valor consolidado de R\$1.112

refere-se basicamente aos R\$1.848 da Companhia e (R\$788) do saldo inicial da Automatos Participações.

O valor transferência de R\$13.363 refere-se aos saldos de provisões da controlada Automatos Participações classificados anteriormente como Ativo e Passivos Mantidos para Venda.

	Controladora				
	31/12/16	Adições	Reversões	Transferência	31/12/17
Trabalhista	11.474	4.628	(87)	-	16.015
Cíveis	36	3.994	(7)	-	4.023
Total Provisões	<u>11.510</u>	<u>8.622</u>	<u>(94)</u>	<u>-</u>	<u>20.038</u>
Depósitos judiciais	(2.302)	(950)	-	1.848	(1.404)
Total	<u>9.208</u>	<u>7.672</u>	<u>(94)</u>	<u>1.848</u>	<u>18.634</u>

	Consolidado				
	31/12/16	Adições	Reversões	Transferências	31/12/17
Trabalhista	11.536	4.876	104	378	16.894
Fiscais	47	3.078	-	-	3.125
Cíveis	(11)	5.531	(7.086)	12.985	11.419
Total Provisões	<u>11.572</u>	<u>13.485</u>	<u>(6.982)</u>	<u>13.363</u>	<u>31.438</u>
Depósitos judiciais	(2.387)	(10.439)	469	1.112	(11.245)
Total	<u>9.185</u>	<u>3.046</u>	<u>(6.513)</u>	<u>14.475</u>	<u>20.193</u>

Em 1º de fevereiro de 2017 o Ideiasnet FIP I e os demais acionistas da Montpellier concluíram a operação de venda da Montpellier, *holding* detentora de 69,1% do capital social da Tectotal, para a CDF. Pelos termos e condições estabelecidos no contrato de compra e venda, o Ideiasnet FIP I fazia jus à quantia de R\$5.163, pela venda de sua participação de 78,6% na Montpellier, que foi depositada judicialmente pela CDF nos autos de outra ação de execução de título extrajudicial, de nº 0195266-33.2011.8.26.0100, movida pela ABX em face da Automatos. A disponibilidade de tal quantia para a Companhia depende de conclusão favorável desse processo. Em dezembro de 2017, os assessores jurídicos responsáveis pelo seu acompanhamento alteraram sua probabilidade de risco de perda provável para remota, revertendo o valor de R\$5.163 que estava provisionado para perda.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia e sua controlada Ideiasventures sofreram bloqueios judiciais no montante de R\$4.275 no âmbito da Ação de Execução nº 1008328-05.2014.8.26.0100 movida pela ABX Gestão e Administração Ltda. (“ABX”) em face da Automatos.

Em 2017 a Companhia e sua controlada indireta Automatos Participações possuem contingências não provisionadas, classificadas pelos seus assessores jurídicos como possíveis de perda, no montante de R\$ 8.686 e R\$ 589, respectivamente, representado desta forma:

	31/12/17
Trabalhista	4.922
Cíveis	4.353
Total	9.275

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$131.846, dividido em 16.344 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 20 milhões de ações ordinárias, sem valor nominal.

11.2. Reservas de capital

Correspondente ao plano de opções de ações descrito na nota explicativa nº 12 e aos ganhos ou perdas na alteração de participação de controladas sem perda de controle.

11.3. Ajuste acumulado de conversão

Representam ajustes decorrentes de coligadas no exterior.

11.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Representam os ajustes decorrentes da avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda, líquido de efeitos tributários.

11.5. Dividendos

No Estatuto Social da Companhia, está definida a destinação de 25% ajustada nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76 de dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos quando for apurado lucro no exercício. Não houve distribuição de dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, devido aos prejuízos acumulados.

12. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as opções de compra de ações da Ideiasnet tinham como objetivo a outorga de opção para subscrição de ações ordinárias, escriturais, de emissão da Companhia, em favor dos Administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e/ou de suas controladas com a finalidade de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses da Companhia. Para terem direito às opções de compra de ações, os

beneficiários deveriam concluir de um a cinco anos de serviço (períodos de aquisição de direito), dependendo do plano firmado.

Os planos constituíam negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não criavam qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia e os outorgados, fossem eles empregados ou não.

Os membros do Comitê do Plano de Opção para Subscrição de Ações reuniam-se para, dentro das bases gerais do Plano, indicar os Administradores, empregados e prestadores de serviço que seriam contemplados, a quantidade total de opções a ser distribuída, bem como o preço de aquisição de cada ação objeto das opções.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2017 foi aprovado o cancelamento do Plano VI.

12.1. Informações dos planos de compra de ações da Companhia

Os Planos de Opção para Subscrição de Ações eram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária. O exercício dos lotes poderia ser realizado após 12 meses da data de outorga e os beneficiários tinham um prazo definido para exercê-las. Transcorrido esse prazo, as opções se tornavam vencidas.

Em 31 de dezembro de 2016, as informações dos planos de opções que estavam em vigor eram as seguintes:

	Plano VI
Data da aprovação	04.02.13
Número de outorgas	1
Limite máximo de opções	1.200.000
Limite de exercício anual	1/5
Remuneração a partir da data de outorga	Não há remuneração

Abaixo seguem as principais características de cada plano avaliado nas respectivas datas de outorga e as premissas utilizadas para o valor justo na outorga:

Plano	Quantidade de Ações outorgadas	Taxa Livre de Risco Média	Volatilidade Média	Fator de Diluição Médio	Fair Value Unitário Médio
Plano 1	172.656	9,15%	64,03%	98,71%	4,20
Plano 2	300.000	8,30%	52,58%	95,62%	12,10
Plano 3	300.000	7,43%	44,83%	90,98%	38,20
Plano 4	374.000	7,13%	49,43%	86,34%	21,90
Plano 6	600.000	9,78%	86,62%	96,09%	10,90
Total	1.746.656				17,50

12.2. Premissas para precificação do plano

As opções foram precificadas de acordo com o modelo de precificação de opções de Merton (1973), variante do conhecido modelo de Black & Scholes (1973), que considera o pagamento de dividendos variável não contemplado no modelo original.

As regras brasileiras e internacionais de contabilidade dispõem também que, além da justificativa do modelo selecionado para precificação das opções que compõem o Plano, sejam descritas ainda as premissas assumidas na estimativa das variáveis empregadas nos cálculos.

Preço do ativo à vista

Para os cálculos do valor dos planos na data de concessão, foi utilizada a cotação do último negócio realizado com a ação IDNT3 na B3 (anteriormente BM&FBovespa) antes da data de outorga. Para a avaliação com data-base no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi utilizada a cotação do último negócio realizado no pregão do dia 29 de dezembro de 2016, quando a ação estava cotada em R\$4,29 (quatro reais e vinte e nove centavos).

Volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação IDNT3. A janela temporal adotada para estimação da volatilidade esperada foi igual ao prazo da opção.

Taxa de dividendos esperada

Não houve distribuição de dividendos desde a constituição da Companhia, sendo utilizada a hipótese de não pagamento de dividendos durante a vida do programa de opções.

Taxa livre de risco

As características teóricas da taxa de retorno eram as seguintes:

- i. Correlação nula com a carteira teórica que representa o mercado;
- ii. Variância de retornos igual a zero;
- iii. Ausência de restrições, em termos de volume, para captação ou aplicação de recursos pela taxa livre de risco.

Os preços de exercício das opções do Plano VI não possuíam correção, portanto a taxa livre de risco deveria ser a taxa de juros prefixada.

Fator de diluição de capital

A emissão de novas ações mediante o exercício das opções de compra de ações no âmbito dos Planos de Opção resultaria em uma diluição aos acionistas da Companhia. Como o plano primário da Ideiasnet possuía opções com datas de exercício distintas, o efeito de

diluição do capital deveria ser avaliado cumulativamente. Por exemplo, se houvesse exercício de cem mil opções, haveria diluição do preço da ação na ordem de 99,39%.

Taxa de abandono esperada do programa

Os beneficiários dos Planos de Opção perderiam o direito de exercício das opções caso ocorressem eventos como falecimento, demissão ou desligamento da Companhia. A premissa de abandono (*forfeiting*) adotada considerava apenas as opções nas quais os beneficiários fossem desligados da Companhia antes da data de maturação (*vesting*) sendo a taxa de abandono esperada igual à taxa histórica de abandono. A taxa histórica de desligamentos de beneficiários do Plano desde a sua constituição era de 46,7% do total das opções outorgadas.

12.3. Movimentações do Plano

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto no início e no fim dos exercícios reportados:

	Preço de exercício médio ponderado (em R\$)	Quantidade de opções
Em 31 de dezembro de 2016	<u>17,90</u>	<u>320.000</u>
Em 31 de dezembro de 2017	=	=

13. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. As informações apresentadas aos principais tomadores de decisões para alocarem recursos e avaliarem o desempenho dos segmentos focam nos tipos de serviços prestados e, portanto, a Companhia é dividida em quatro segmentos operacionais reportáveis:

- a. Mídia, Comunicação e Conteúdo – Pini (i)
- b. Distribuição & TI - Officer (em recuperação judicial) (iii) e Tectotal (ii)
- c. *Cloud computing* – Automatos Serviços (i) e Automatos Participações (iv)
- d. Outros - Ideiasnet, Ideiasventures, Ideiasnet FIP I (v), Ideiasnet FIP II (v), Ideiasnet FIP III, Montpellier (ii) e Chenonceau
 - (i) Empresas reclassificadas para Ativo e Passivo Mantido para Venda em 31 de março de 2016, conforme nota explicativa nº 8.b e vendidas em maio de 2017.
 - (ii) Empresas reclassificadas para Ativo e Passivo Mantido para Venda em 31 de dezembro de 2016 e alienadas em 1º de fevereiro de 2017, conforme nota explicativa nº 8.c.
 - (iii) Empresa alienada em 27 de dezembro de 2016, conforme nota explicativa nº 9.a.
 - (iv) Empresa atualmente não operacional, até maio de 2017 controladora da Automatos Serviços.
 - (v) Fundos incorporados em 2017, conforme nota explicativa nº 9.b.

Devido à classificação das controladas para Ativos e Passivos Mantidos para Venda e seus respectivos resultados para Resultado de Operações Descontinuadas, a Companhia não apresenta as informações por segmentos.

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS – NATUREZA DE OPERAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Despesas de serviços de terceiros	(2.389)	(1.701)	(3.267)	(3.802)
Despesas de viagens	(126)	(164)	(125)	(164)
Despesas gerais/administrativas	(484)	(313)	(922)	(970)
Despesas com ocupação	(395)	(450)	(396)	(450)
Despesas com pessoal	(3.702)	(3.936)	(4.210)	(3.936)
Despesas tributárias	(109)	(485)	(263)	(728)
PCLD - Provisão e reversão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	31	-
Depreciação e amortização	(19)	(37)	(70)	(39)
Total de despesas	<u>(7.224)</u>	<u>(7.086)</u>	<u>(9.222)</u>	<u>(10.089)</u>
Adição/Reversão remuneração baseado em ações	3.475	(189)	3.475	(189)
Adição/Reversão provisões riscos (vide nota 10.1)	<u>(8.528)</u>	<u>(10.213)</u>	<u>(6.501)</u>	<u>(10.257)</u>
Total de reversões	<u>(5.053)</u>	<u>(10.402)</u>	<u>(3.026)</u>	<u>(10.446)</u>
Total	<u><u>(12.277)</u></u>	<u><u>(17.488)</u></u>	<u><u>(12.248)</u></u>	<u><u>(20.535)</u></u>

15. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Despesa financeira				
Despesas bancárias	(2)	(2)	(10)	(4)
Juros passivos	(31)	(205)	(2.043)	(209)
Variação cambial passiva	(29)	(1)	(100)	(1)
Outras despesas financeiras	(2)	(5)	(51)	(320)
Receita financeira				
Descontos obtidos	3	2	347	2
Receita aplicação financeira	443	1.287	2.555	4.806
Variação cambial ativa	-	3	85	3
Juros sobre mútuos	316	638	374	535
Outras receitas financeiras	9	84	390	237
Resultado financeiro, líquido	<u>707</u>	<u>1.801</u>	<u>1.547</u>	<u>5.049</u>

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

16.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Para fins de apresentação, em função de serem valores compensáveis, o ativo oriundo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Controladora estava classificado no passivo, reduzindo a diferença temporária referente à venda de cotas do Ideiasnet FIP I em março de 2013.

O imposto de renda diferido passivo na Controladora é oriundo do ganho na venda de cotas do Ideiasnet FIP I em março de 2013 com a manutenção do controle. Como consequência do registro desse passivo de imposto de renda diferido, a Controladora registrou créditos fiscais até o limite de 30% que poderão ser utilizados para liquidação desse passivo, nos termos do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou a baixa dos saldos do imposto de renda e contribuição diferidos após conclusão da não realização deste crédito fiscal e liquidação do passivo desta operação.

Conforme nota explicativa nº 9.b e), em 30 de junho de 2017, o Ideiasnet FIP III comprou de volta a participação acionária vendida em março de 2013, passando a ser o único cotista do Ideiasnet FIP I.

16.2. A despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social da Companhia e de suas controladas é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Resultado antes dos impostos	18.837	109.625	24.668	140.794
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(6.405)	(37.273)	(8.387)	(47.870)
Equivalência patrimonial	10.877	41.814	8.908	366
Prejuízo fiscal e base negativa não constituído anteriormen	-	(4.690)	-	(4.690)
Ganho de investimentos e capital	-	-	3.446	38.322
Outras adições e exclusões e créditos não constituídos	(4.472)	(4.541)	(5.723)	10.001
	6.405	32.583	6.631	43.999
Efeitos fiscais lançados no resultado	-	(4.690)	(1.756)	(3.871)
Corrente	-	-	(24)	-
Diferido	-	(4.690)	(1.732)	(3.871)

16.3. A Companhia e sua controlada indireta Automatos Participações aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”), insituído pelo Governo Federal por meio da Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017. As regras do PERT incluem a concessão de benefícios de redução de juros, multas e encargos, além da possibilidade de utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para pagamento de dívidas no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRFB”) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”). A Companhia estima auferir reduções significativas em sua dívida consolidada junto à SRFB e à PGFN, principalmente devido aos efeitos do PERT sobre sua controlada indireta Automatos Participações. As adesões realizadas encontram-se em processo de consolidação, aguardando a inclusão de débitos,

a prestação de informações e/ou a confirmação de créditos. Por isso, até o momento, foi reconhecido apenas o montante de R\$ 1.742 em ativo diferido, corresponde a uma das adesões realizadas.

17. RESULTADO POR AÇÃO

	Controladora	
	31/12/17	31/12/16
Resultado do exercício	18.837	104.935
Resultado básico e diluído por ação (Em Reais)	1,1525	6,4204
Quantidade de ações	16.344	16.344

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas administram seus instrumentos financeiros por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de seus instrumentos financeiros:

- Risco de capital;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos supracitados, bem como o gerenciamento de risco e de capital realizado pela Companhia e suas controladas.

Estrutura de gerenciamento de risco - O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, definir limites e controles apropriados, além de monitorar a aderência aos limites definidos. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, visa desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

O objetivo da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital é o de assegurar a continuidade de suas operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Companhia monitora os níveis de endividamento através do índice de Dívida

Líquida/EBITDA, o qual no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional.

A Administração acompanha o cumprimento das atividades de controle de riscos e revisa periodicamente a estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas.

Tipos de risco

a) Risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais ao mesmo tempo em que buscam maximizar o retorno de suas operações para todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização da utilização de instrumentos de dívida e de patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, caixa vinculado e aplicações financeiras e pelo patrimônio líquido (passivo a descoberto) da Companhia.

O índice de endividamento da Ideiasnet é:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Dívida	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras	2	13.359	9.687	34.624
Dívida líquida (caixa líquido)	(2)	(13.359)	(9.687)	(34.624)
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.402	(10.769)	2.402	(14.847)
Índice de endividamento líquido	(0,0008)	1,2405	(4,0329)	2,3321

b) Riscos de crédito

É o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo (a)	-	-	9.364	20.826
Clientes	-	237	-	237
	<u>-</u>	<u>237</u>	<u>9.364</u>	<u>21.063</u>

- (a) O saldo de outros instrumentos financeiros não contempla o investimento avaliado ao valor justo Batanga, apresentado na nota explicativa nº 5.

- Instrumentos Financeiros Avaliados ao Valor Justo

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo consolidado dos Instrumentos Financeiros Avaliados ao Valor Justo era de R\$9.364, composto por aplicações em fundo de investimentos em renda fixa DI, Letras Financeiras do Tesouro, certificados de depósito bancário e renda fixa Selic nos montantes de R\$2.064, R\$3.695, R\$3.475 e R\$130, respectivamente, conforme nota explicativa nº 5.

c) Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia e suas controladas tenham dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas relevantes ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela abaixo foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

	Controladora		
	Até um ano	De um a três anos	Total
31 de dezembro de 2017			
Caixa e aplicações financeiras	2	-	2
Total	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>2</u>

	Consolidado		
	Até um ano	De um a três anos	Total
31 de dezembro de 2017			
Caixa e aplicações financeiras	323	-	323
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo	9.364	-	9.364
Fornecedores	(741)	-	(741)
Total	<u>8.946</u>	<u>-</u>	<u>8.946</u>

d) Riscos de mercado

É o risco de que alterações nas taxas de câmbio e taxas de juros impactem negativamente o resultado da Companhia e de suas controladas. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar a exposição da Companhia e controladas aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o seu retorno.

- Risco com taxas de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A

Companhia e suas controladas não possuem contratos de instrumentos financeiros derivativos para cobrir esse risco, porém monitoram continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar a eventual necessidade de contratação desses instrumentos. Na data dessas demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Batanga Media Inc (vide nota 5)	-	-	2.278	2.278
Outros instrumentos financeiros (vide nota 5)	-	-	9.364	20.826
Parcelamento Tributário	(489)	(565)	(12.714)	(565)
	<u>(489)</u>	<u>(565)</u>	<u>(1.072)</u>	<u>22.539</u>

- **Risco cambial**

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se ao instrumento financeiro Batanga. A análise de sensibilidade considera como base a cotação da taxa de câmbio Real x Dólar Norte-americano conforme Relatório Focus de 29 de dezembro de 2017.

<u>Indexador</u>		Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Dólar		1,6550	2,4825	3,3100	4,1375	4,9650
	<u>Saldo 31/12/17</u>	<u>Queda de 50%</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
Instrumentos financeiros						
Batanga Media Inc.	2.278	(1.138)	(568)	1	571	1.141
	<u>2.278</u>	<u>(1.138)</u>	<u>(568)</u>	<u>1</u>	<u>571</u>	<u>1.141</u>
Fornecedores						
Estrangeiros	387	(387)	(387)	247	(387)	(387)
	<u>387</u>	<u>(387)</u>	<u>(387)</u>	<u>247</u>	<u>(387)</u>	<u>(387)</u>

e) **Risco operacional**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia e de suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações.
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais.
- Documentação de controles e procedimentos.
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.
- Desenvolvimento de planos de contingência.
- Treinamento e desenvolvimento profissional.
- Padrões éticos e comerciais.
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros ativos e passivos de taxa variável:

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos financeiros a qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2017, foram definidos cinco cenários diferentes e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Os ativos e passivos da Companhia e de suas controladas estão indexados, substancialmente, às taxas CDI e Selic, que foram extraídas do site oficial do Banco Central do Brasil – Bacen na data de 31 de dezembro de 2017. Esse indicador foi definido como o cenário provável e a partir desse cenário provável foram calculadas as variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Indexadores dos ativos e passivos financeiros:

<u>Indexador</u>		<u>Queda de 50%</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
CDI		3,445%	5,168%	6,89%	8,613%	10,335%
SELIC		3,450%	5,175%	6,90%	8,625%	10,350%

	<u>Saldo 31/12/17</u>	<u>Queda de 50%</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
Aplicações financeiras						
CDI	319	11	16	22	27	33
	319	11	16	22	27	33
Outras instrumentos financeiros						
SELIC	5.759	199	298	397	497	596
	5.759	199	298	397	497	596
Outros instrumentos financeiros						
CDI	3.605	124	186	248	310	373
	3.605	124	186	248	310	373
Parcelamento de tributos						
SELIC	12.714	439	658	877	1.097	1.316
	12.714	439	658	877	1.097	1.316

Classificações contábeis e valores justos

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis, são os seguintes:

		31/12/17			
<u>Ativos</u>	<u>Classificação</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	2	2	323	323
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo	Valor justo por meio do resultado	-	-	11.642	11.642
Clientes	Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-
Contratos de mútuos	Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-
Outros valores a receber	Empréstimos e recebíveis	1.574	1.574	4.006	4.006
<u>Passivos</u>					
Fornecedores	Custo amortizado	-	-	741	741
Demais obrigações	Custo amortizado	218	218	2.973	2.973

		31/12/16			
<u>Ativos</u>	<u>Classificação</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	13.359	13.359	13.798	13.798
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo	Valor justo por meio do resultado	-	-	23.104	23.104
Clientes	Empréstimos e recebíveis	237	237	237	237
Outros valores a receber e créditos com outras partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	1.239	1.239	3.082	3.082
<u>Passivos</u>					
Fornecedores	Custo amortizado	-	-	160	160
Demais obrigações	Custo amortizado	166	166	544	544

Hierarquia do valor justo

No que tange ao cálculo dos valores justos, foram considerados:

- Caixa e equivalentes de caixa - Contas correntes são valorizadas conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras são atualizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações contábeis.
- Aplicações financeiras - Aplicações financeiras são valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações contábeis. As aplicações em Letras Financeiras do Tesouro são atualizadas pela taxa Selic.
- Outros instrumentos financeiros - Os investimentos em instrumentos financeiros são mensurados pela metodologia de avaliação por fluxo de caixa descontado.
- Clientes - “Empréstimos e recebíveis” são mensurados pelo custo amortizado, pois são contabilizados considerando o saldo em aberto incluindo os juros incorridos até a data da apresentação das demonstrações contábeis.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

19.1. Transações comerciais e financeiras com partes relacionadas

As transações comerciais e financeiras realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas referem-se, principalmente, a contratos de mútuos e adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC). O saldo de R\$264 em 31 de dezembro de 2016 representava o contrato de mútuo com a Ideiasventures e não previa cobrança de juros, uma vez que tratava-se de controlada integral, e com vencimento inferior a um ano, que poderia ter sido renovado por período indeterminado.

19.2. Remuneração do pessoal chave da Administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global máximo de remuneração anual dos Administradores, que inclui os membros do Conselho de Administração e os Diretores Estatutários.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovada a remuneração anual global máxima dos Administradores em até R\$8.000 cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente.

A Companhia considera pessoal-chave de sua Administração os membros do Conselho de Administração e os Diretores Estatutários, em consonância com o seu Estatuto Social, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle de suas atividades.

	Controladora	
	31/12/17	31/12/16
Salário ou pró-labore	(1.292)	(1.224)
Remuneração variável (Bônus e PLR)	-	(569)
Despesas com plano de opções (i)	-	(189)
Outros benefícios	(195)	(160)
	<u>(1.487)</u>	<u>(2.142)</u>

(i) Plano cancelado conforme detalhado na nota 12.

20. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de maio de 2017, a controlada indireta Automatos Participações Ltda. voltou a ser consolidada pela Companhia, deixando de ser classificada em ativos e passivos mantidos para venda, vide nota explicativa nº 8.b.

21. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>	<u>Vigência</u>
Patrimonial	Incêndios/danos	500	22/01/18 a 22/01/19
	Responsabilidade civil	10.000	31/12/17 a 31/12/18

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

22.1 Saída voluntária do Novo Mercado da B3

Em AGE realizada em 04 de janeiro de 2018, os acionistas aprovaram a saída voluntária da Ideiasnet do Novo Mercado da B3, sem a realização de oferta pública de ações. Assim, desde 08 de janeiro de 2018, as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas no segmento básico da B3.

22.2 Acordo firmado com a Batanga

Em 19 de fevereiro de 2018 foi homologado o acordo firmado pela Companhia, no âmbito da ação judicial movida contra a Batanga, que permitiu (i) a recuperação parcial da sua participação na investida, que passou a ser de 6,3% detida indiretamente por meio da *holding* resultante da reestruturação societária ocorrida em dezembro de 2016, e (ii) a manutenção de alguns dos direitos societários previstos na transação original de troca de ações da então investida Bolsa de Mulher em 2013.

DIRETORIA

Sami Amine Haddad
Diretor Presidente e de Relações
com Investidores

Renata Cristina Saettler Reis
Diretora Administrativo-
Financeira

Cesar do Monte Pires
Contador
CRC/RJ - 064657/O